

**O *continuum* da escrita na Galiza:
Entre o espanhol e o português**

Celso Álvarez Cáccamo
Mário J. Herrero Valeiro
Universidade da Corunha

Publicado em
Agália. Revista Internacional da Associação Galega da Língua
nº 46 (1996), pp. 143-156

Origem do documento: <http://www.udc.es/dep/lx/cac/escrita96.pdf>

Este documento em PDF reproduz fielmente a paginação da publicação original, e é portanto válido para citações académicas

Para imprimi-lo, utilize papel DIN A-4

O *continuum* da escrita na Galiza: Entre o espanhol e o português

Celso Álvarez Cáccamo
Mário J. Herrero Valeiro
Universidade da Corunha

1. Introdução

Nas soluções técnicas oferecidas para resolver os problemas de representação gráfica dos idiomas subjazem indubitavelmente várias questões: (1) a relação entre a forma do veículo sígnico e o referente designado; (2) a relação entre a forma gráfica da palavra e a sua imagem acústica; e (3) as maneiras de as gentes conceberem estas próprias relações e de conceberem o próprio idioma a respeito de outros e a respeito das suas normas escritas, segundo *ideologias linguísticas* específicas, isto é, em termos gerais, segundo sistemas de crenças, valores e noções de senso comum sobre a linguagem.

2. Escrita alfabética e logográfica

Quanto ao primeiro e segundo pontos anteriores, é sabido que na evolução da escrita, a relação icónica entre forma gráfica e referente (fundamentalmente objectos materiais) deu lugar aos sistemas pictográficos e, posteriormente, ideográficos (o chinês na sua origem, as tabuinhas e *bullae* sumérias antigas).¹ Num passo seguinte, a forma escrita representa, já simbolicamente, palavras da língua, quer na sua forma logográfica (os jeróglifos egípcios ou muitas formas do chinês actual),² quer em diversas formas ortográ-

¹ A percepção do grau de iconismo ou abstracção de um signo apresenta sem dúvida especificidade cultural. Confúcio, diz-nos Kristeva (1988:88), considerava que os ideogramas simbólicos (concretamente o ideograma de ‘cão’), onde nós veríamos provavelmente um desenho altamente abstracto, representavam o objecto como “perfeitos debuxos”, ou seja, iconicamente

² Os chamados “ideogramas” do chinês são na realidade logogramas, isto é, não já representações de conceitos abstractos, mas unidades léxicas, mesmo com indicação (também simbólica) da pronúncia correspondente. Este procedimento é também denominado *taxograma* (p. ex. Pottier 1992:64), pela sua função classificatória das palavras. Taxogramas seriam, também, as formas escritas onde os maiúsculos distinguem nomes próprios de comuns nalguns idiomas: *Coral* / *coral* em português, *Heather* / *heather* ‘urze’ em inglês, etc.

ficas (silábicas, como os *kana* japoneses; ou alfabéticas, como os sistemas grego e latim antigos e os derivados actuais, ou como o hebreu e árabe, com representação opcional das vogais). Dentro dos sistemas alfabéticos, é também sabido que alguns, como o espanhol ou o grego, se aproximam de uma representação fonémica da língua, com correspondências relativamente estáveis entre grafemas e fonemas.

Porém, nem a evolução dos sistemas de escrita é sempre linear, nem os sistemas se encontram em estado puro. Joseph (1987:66), por exemplo, argumenta que o inglês escrito actual tem “revertido de alguma maneira a um sistema logográfico”. Isto é, dada a imprevisibilidade da pronúncia das combinações de grafemas em inglês e dada a grande variabilidade de pronúncias, em grande medida as palavras tendem a ser aprendidas e lidas como unidades globais, comparáveis assim a caracteres logográficos. Isto não obsta, porém, para o aprendizado do inglês e da sua pronúncia por grupos crescentes de pessoas.

De uma maneira semelhante, em espanhol a existência de grafias distintas para homófonos da fala comum (*hecho* / *echo*) ou dialectal (*haya* / *halla*) e os acentos diacríticos (*éste* / *este*, *aún* / *aun*, etc.) podem considerar-se recursos *logográficos* --não verdadeiramente alfabéticos nem fonémicos-- para os utentes identificarem palavras da língua com as suas funções correspondentes.³ No sentido contrário, a suposta foneticidade do espanhol também soçobra perante as pronúncias dialectais: *los muchachos* pode ser a representação de múltiplas formas, tais como [loz mu'tʃatʃos], [loh mu'tʃatʃoh], [lo mu'ʃaʃo], etc. Porém, não parece haver obstáculos insalváveis para o reconhecimento destas formas escritas como palavras do dialecto próprio, uma vez aprendidas as regras de *correspondência biunívoca* entre forma gráfica e imagem acústica. O fenómeno é tão comum nas línguas standardizadas modernas que nesta altura mais exemplos sobram.⁴

De facto, grande parte do material da linguagem escrita é redundante para o seu reconhecimento na leitura. É argumento conhecido que se, por exemplo, eliminarmos as vogais de um texto, ainda **PDMS RCNHCR, CM CRT SFRC, MTS PLVRS**. Em certo sentido, as sequências gráficas resultantes podem se entender como *logogramas* das palavras da língua.

A expansão da comunicação informática está também a contribuir para relativizarmos a suposta primazia da ortografia fonémica, sobretudo em certos tipos de mensagens pontuais e não técnicas, como a correspondência rápida. O problema inicial de representação dos diacríticos, vogais nasais, *çês*, ou *eñes* no restringido “código ASCII” (ainda dominante na comunicação informática), que carece destes símbolos, cede perante a eficácia final de uma

³ O mesmo acontece, sem dúvida, para aqueles falantes de variedades galego-portuguesas onde pares como *vou* / *bou*, *são* / *som*, *passo* / *paço*, etc. são homófonos.

⁴ A evolução fonética do espanhol, inclusive, questiona cada vez mais o princípio fonémico de correspondência fonema-grafema. Um poderia perguntar-se sobre o futuro da relação escrita-fala no âmbito do espanhol, dada a crescente eliminação dos grupos cultos, a expansão do *yeísmo*, a aspiração e ulterior queda do /s/ final nos plurais, etc.

simplificação gráfica que já não respeita o princípio fonémico. Os acentos são sistematicamente eliminados, assim como o ç, enquanto o ã costuma representar-se (dependendo da tradição e lealdade linguística do usuário) como *n*, *nn*, *nh*, *ny* ou *n~*:

***Asi se escribiria esta oracion en espanol (ou espanol) en codigo ASCII
Em portugues a solucao (ou soluc,ao) nao seria muito distinta.***

Só um teimoso débito com o *purismo ortológico* (isto é, com o suposto “bom ler”) nos levaria a ler *espanol* como [espa'nol] (e não [espa'ɲol], [ehpa'ɲol] ou mesmo [ɛppa'ɲol]), ou *solucao* como [solu'kao] (e não [sulu'sãw] ou mesmo [sɒlu'θjɔŋ]). Nesta segunda leitura, é relativamente irrelevante de onde “provém” o [j] da terminação *-ão*: donde provêm, por exemplo, o mesmo [j] sistemático da pronúncia inglesa da Grã Bretanha ['stjuɔnt] *student* ‘estudante’, o [ɹ] final de pronúncias como [aɪ'diəɹ] *idea* ‘ideia’ também em inglês britânico, os ditongos do inglês do Sul dos EUA ['seɪnts] *cents* ‘cêntimos’ ou ['iəz] (padrão ['ɪz]) *is* ‘é’, o próprio [f] do padrão *tough* ['tʌf], etc.?

3. Leitura e abstracção

Se somos capazes de abstrair desta maneira a informação do signo linguístico (embora nos levar mais ou menos prática) para associarmos as palavras adequadas às formas gráficas inusuais (*solucao*), com muita mais razão seremos capazes de reconhecermos essas mesmas palavras da nossa língua quando representadas de maneiras sistemáticas numa ortografia regular (*solução*).

Por exemplo, dado que em muitos dialectos galego-portugueses a palavra *uma* não se pronuncia com [m] intervocálico, perante a forma gráfica *uma*, reconhecida como *palavra da língua*, os falantes dialectais não têm outra opção que fazerem corresponder a sequência escrita com a imagem acústica própria ['uŋa], ['ũŋa] ou ['ũa]. De igual jeito, a sequência *-ão* pode ser interpretada logograficamente e sistematicamente como as pronúncias coloquiais ['jɔŋ] (naquelas falas historicamente interferidas pelo espanhol), ['ɔŋ] ou ['ãŋ] segundo os casos, se na mesma gramática interna dos falantes não existir a pronúncia ditongada ['ãw].⁵ A tendência de alguns leitores a lhe atribuírem à sequência de símbolos *-ão* a leitura [ao], incorrecta na maior parte dos casos,⁶ só pode vir do hábito de leitura *noutra língua*: o espanhol. Também a tendência inicial a articular (erradamente) o *g* do inglês *song* ‘canção’ ou do seu derivado *singer* ‘cantante’ (de facto ['sɪŋə]), procede amiúde do hábito de leitura noutra língua, mas este erro é superado quando se aprende a correspondência relativamente arbitrária *ng* = [ŋ].

Em resumo: em princípio, não existe qualquer obstáculo cognitivo (ou social) para uma pessoa (ou uma sociedade) manejar com propriedade dois

⁵ O mesmo acontece, também sistematicamente, com outros conjuntos de grafemas como *ch* [tʃ], *qui* [ki], etc.

⁶ A correspondência *ão* = [ao], claro está, é correcta para pronúncias dialectais de formas como *mão* ou *irmão*.

ou mais sistemas distintos de escrita. Para voltarmos ao exemplo anterior, imagino que nenhum leitor habitual de castelhano interpretará erradamente a forma *espanhol* como [espa'nol] (embora o *h* seja mudo em palavras castelhanas como *inibir*), e que nenhum leitor galego a interpretará como [espa'ŋol] (embora *nh* se utilize nos sistemas gráficos dominantes para representar a nasal velar [ŋ]). De facto, na comunicação entre galegos na rede informática Internet é cada vez mais frequente o uso do dígrafo *nh* com o valor da nasal palatal [ɲ], *mesmo nas mensagens em espanhol*, e mesmo por aqueles que também utilizam *nh* com o valor da velar [ŋ]. Uma grafia, dois sons?: nada novo para as línguas naturais. Isto, simplesmente, confirma o carácter híbrido alfabético-logográfico da nossa escrita habitual.

Existe um exemplo muito mais evidente da capacidade de abstracção e reconhecimento das palavras da língua na leitura: os japoneses empregam habitualmente quatro sistemas de escrita, inclusive dentro da mesma oração: 1) os *kanji* de origem chinesa, símbolos logográficos que podem representar palavras polissilábicas; 2) e 3) os dois sistemas paralelos de silabários chamados *kana* (*katakana* e *hiragana*), símbolos que correspondem comumente a uma combinação consoante-vogal do tipo [mi], [so], etc., e 4) o alfabeto latino (*romāji*) para nomes comerciais estrangeiros e outros usos. O índice de alfabetização do Japão está entre os mais altos do planeta.

Devemos confiar nesta capacidade humana de abstracção da comunidade falante à hora de tratarmos o problema da escrita. A aprendizagem radica em deslindarmos as dimensões *alfabética* e *logográfica* dos sistemas gráficos. Sem dúvida, os métodos pedagógicos adequados podem levar adiante, sem problemas adicionais aos de qualquer sociedade alfabetizada e comprometida com a necessidade da alfabetização, o ensino de duas grafias distintas, como acontece no Japão, no Quebeque, ou em Catalunha.

4. Escrita e ideologia linguística

O terceiro aspecto fundamental citado (o das ideologias linguísticas que subjazem às soluções técnicas para os problemas ortográficos) está directamente conectado com a maneira de concebermos e sinalarmos a identidade (e não apenas a linguística). Uma breve olhada à situação das línguas crioulas do Caribe, da mão de Schieffelin e Doucet (1992), de Sebba (1995) e de Tabouret-Keller e LePage (1985), pode ajudar-nos a focar o problema.

Numa afortunada exposição, Schieffelin e Doucet salientam o que podemos chamar a *indexicalidade ideológica* da ortografia, isto é, o seu significado além do referencial, que aponta, em todos os casos, para a identidade grupal dos seus utentes. Comentam as autoras que no Haiti, dado o *continuum* de variedades faladas do crioulo haitiano ou *kreyòl*, de base francesa (por exemplo, *kreyòl swa* ou “crioulo suave”, *kreyòl rèk* ou “crioulo forte”, *kreyòl fransize* ou “crioulo afrancesado”), as diversas opções ortográficas cobram valores ora de “mesmidade” (o “verdadeiro crioulo haitiano”) ora de

“outridade” segundo se afastarem mais ou menos do modelo colonial.⁷ Por pôr um exemplo paralelo familiar, em português as formas *povo* e *pobo* significam referencialmente o mesmo, e pronunciam-se basicamente igual ao norte do Douro (isto é, são a mesma palavra); porém, *povo* e *pobo* podem sinalar *indexicamente* distintas e encontradas posições no campo do saber sobre a língua e no campo da própria prática da língua (Álvarez Cáccamo 1993: 12-15).

No seu importante trabalho sobre o surgimento dos padrões linguísticos relativo aos processos de poder social, Joseph (1987:55) remarca também o paradoxo que surge na codificação escrita das variedades crioulas semelhantes a uma língua escrita “alta”. Por uma parte, o objectivo das elites é desenvolverem um código *ausbau* (como “língua por elaboração”) para funções até então ocupadas pela língua superposta. Mas, na ausência (ou rejeitamento explícito) de um modelo externo em que basear a elaboração, a necessária homogeneização escrita da heterogênea fala vai levar a *formas e soluções inevitavelmente semelhantes às de aquele modelo que supostamente se tenta evitar*.

O mesmo acontecerá num sistema sociolinguístico de *continua* de variedades, como o da Galiza (Álvarez Cáccamo 1989), quando se tomarem como base da estandardização as versões mais próximas do sistema dominante, o espanhol. Inevitavelmente, apesar das doses requeridas de diferencialismo (com soluções do tipo *come-lo caldo*), afinal serão adoptadas soluções alheias ao grosso das variedades orais mais afastadas do modelo dominante. O resultado pode ser um duplo padrão escrito (o da língua tradicionalmente superposta e o da nova norma autóctone) *praticamente indistinguível* de um ponto de vista global. A longo prazo, uma das normas pode se fazer desnecessária.⁸

A situação do crioulo jamaicano —de base inglesa—, tanto o falado na Jamaica como nas Ilhas Britânicas pelos imigrantes, é um destes casos, e corre paralelo ao galego. Perante a falha de uma tradição escrita, os praticantes da escrita em crioulo oscilam entre uma representação próxima do inglês padrão e uma representação diferencialista. Um resultado desta opção diferencialista é que, quando se querem representar termos que se pronunciam igual em crioulo e em inglês padrão (ou mesmo termos exclusivamente ingleses), estes aparecem representados como “formas alheias”. Assim, o pronome inglês de objecto *me* [mi] ‘mim, a mim’ pode aparecer por hiperdiferencialismo

⁷ As próprias etiquetas identificativas das variedades reflectem, sem dúvida, as ideologias linguísticas dos seus usuários. Em Cabo Verde, as etiquetas comuns para as variedades de crioulo cabo-verdiano são as de “crioulo leve” e “crioulo fundo” (acroleto e basilecto, respectivamente). Na Galiza, entre o “espanhol” ou “castelhano” e o “galego” situam-se realidades e conceitos como o “gallego”, o “galego de escola”, o “castrapo”, o “mal galego”, etc. Deste paradigma de termos referidos à fala fica excluído geralmente o “português”, excepto para designar pejorativamente falares costeiros da franja sul das Rias Baixas.

⁸ No caso galego, isto implica questionarmos a viabilidade, a longo prazo, de uma situação onde uma única língua *abstand*, ‘por distância’ (o português) tem duas formas *ausbau* ‘por elaboração’ (a norma portuguesa e a galega), como sustêm algumas teses (Fernández Rei 1993:111s). A unidade linguística do português, reconhecida explicitamente nestas teses, não é o problema: “De uma perspectiva estritamente linguística, podemos admitir que o galego e o português falados hoje constituem praticamente uma única e mesma língua *abstand*” (“Dans une perspective strictement linguistique, nous pouvons admettre que le galicien et le portugais parlés aujourd’hui constituent pratiquement une seule et même langue *abstand*”; Fernández Rei 1993:111). O problema é *conciliarmos* esta identidade linguística com um modelo de codificação desenhado para emular as funções de uma língua *abstand* exógena (o espanhol), e construído sobre a base gráfica desta. Sobre a questão, ver Herrero Valeiro 1993.

como *mee* para distingui-lo da forma crioula de sujeito e objecto *mi*, também [mi] ‘eu, mim’. Um exemplo comparável é o uso do *h* no dígrafo *gh* da norma elaborada pelo *Instituto da Lingua Galega* para representar a *gheada* (o *ghato*) ou o [x] (e variantes) dos empréstimos do espanhol assimilados na fala (*a gherra*, *a gheografia*); em sentido estrito, o *gh* é desnecessário, dada a inexistência das combinações *ge*, *gi* na mesma norma. O dígrafo *gh*, porém, decerto tem sentido para representar dialectalismos ou empréstimos se empregarmos a grafia portuguesa padrão, onde *ge*, *gi* correspondem a [ʒe, ʒi], ou [ʃe, ʃi] na Galiza.

5. Os contínuos da escrita na Galiza

As diversas opções ortográficas, portanto, reflectem a *própria concepção da fala* dentro do panorama sociolinguístico geral. Mais especificamente, dentro do *continuum* de variedades geográficas, sociais e contextuais da Galiza, a eleição das formas mais próximas da língua escrita dominante levanta problemas adicionais para o reconhecimento e identificação do próprio dentro do panorama linguístico do planeta.

Em qualquer caso, nas situações inerentemente instáveis, como a de muitos idiomas crioulos ou a nossa própria situação, existe uma *gradação* de variedades orais e escritas. Quanto às variedades escritas, Schieffelin e Doucet (1992:431) mencionam a existência de *onze* sistemas ortográficos distintos para o crioulo haitiano em 1980. Na Galiza, ainda que um primeiro exame pode arrojar uma cifra de *quatro* normas escritas bem diferenciáveis, uma análise mais exigente indicará que, como veremos, na realidade existem pelo menos *dez* normas suficientemente coerentes.

O importante é que as variedades sistemáticas destes contínuos são de facto reconhecíveis apenas por *uns poucos traços simbolicamente relevantes*. Neste ponto, as ideologias linguísticas jogam, sem dúvida, um papel crucial à hora de agruparmos os exemplos dos contínuos em sistemas *discretos* segundo os seus traços diferenciais. Assim, segundo Sebba (1995), o ponto de inflexão entre inglês e crioulo jamaicano na escrita parece ser a representação categórica de apenas dois traços fonéticos: (1) a transcrição das oclusivas dentais [t], [d] em lugar de [θ], [ð] (*mout*, *dis* por *mouth*, *this*, ‘boca’ e ‘isto’ respectivamente); e (2) a inserção das semiconsoantes [j], [w] em certos contextos: *I cyan* por *I can’t* ‘não posso’, *bwoy* por *boy* ‘moço’.⁹ No caso da escrita na Galiza, o ponto de inflexão entre o simbolicamente “galego” e o simbolicamente “português” pode-se situar na presença do *ç*, do *ss* ou talvez do til nasal em *ã*, *õ*.¹⁰ Por exemplo, é evidente que na actualidade ninguém identificaria um texto escrito na norma chamada “de mínimos” como ‘português’. Contudo, o realmente significativo é que *qualquer dos três pontos citados de*

⁹ Reparemos, de novo, em que tanto o [j] quanto o [w] são também inseridos nas formas citadas em falas dialectais americanas (por exemplo, no dialecto dos afro-americanos) sem sistema ortográfico próprio.

¹⁰ Esta última interpretação é a que sustém, por exemplo, Vidal Bouzón (1994).

inflexão ‘galego’ / ‘português’ coincide assim mesmo com a fronteira simbólica ‘espanhol’ / ‘português’.¹¹

Uma incursão nas características dos chamados *contínuos crioulos* (Bickerton 1973) contribuirá para iluminarmos com mais detalhe os argumentos anteriores. Os contínuos crioulos,¹² típicos da área do Caribe, são situações de estruturação gradual e escalonada de variedades orais, desde as mais semelhantes à antiga língua colonial ou *acrolecto* até às mais próximas do crioulo original ou *basilecto*. Tipicamente, estes contínuos sucedem a uma situação de contacto relativamente estável entre a língua “alta” dos colonizadores e o crioulo desenvolvido entre os escravos das plantações.¹³ O contínuo é resultado da maior mobilidade e interacção entre grupos sociais, de maneira que a pressão constante da língua alta tende a *descrioulizar* o crioulo, que se fragmenta seguindo cortes generacionais em variedades gradualmente mais semelhantes à língua alta; esta, pela sua parte, permanece basicamente inalterada dado o seu alto grau de standardização prévia.

O destino destes contínuos (a pervivência da variação ou a descrioulização total da fala na direcção da língua superordinada) depende em parte da pressão do padrão público (oral e escrito) e do valor simbólico identitário do(s) crioulo(s). De facto, nalguns casos os crioulos (o de base inglesa de Belize ou, em menor medida, o *papiamentu* de base portuguesa-holandesa de Curaçao) servem para galvanizar a identidade grupal em torno de um projecto dirigido de construção estatal.¹⁴

O instrumento sociolinguístico da *escala implicacional*, aplicado por Bickerton (1973) para representar visivelmente a variação gradual do contínuo crioulo de Jamaica, pode-se adequar com produtividade à situação galega para refinarmos a descrição do *contínuo de normas escritas* usadas com maior ou menor êxito ou frequência na Galiza por criadores, investigadores e meios de comunicação escrita. Na **TABELA 1**, semelhante a uma escala implicacional, aparecem distribuídos os traços diferenciais das normas escritas em uso na Galiza (desde o espanhol padrão até ao português padrão) num ordenamento gradual. Incluem-se

¹¹ Um visível ponto de inflexão diferencialista entre catalão e espanhol situa-se, mais que no dígrafon *y* (combinação existente em espanhol, p. ex. *inyectar*), no uso do idiosincrático ponto elevado para a consoante geminada /ll/ (*paral·lel*), que hiperdiferencializa o catalão de todas as outras línguas do planeta. No caso do euskara, um ponto de inflexão é a renúncia ao *c* em favor do *k*, e, sobretudo, a cunhação dos grupos *tz*, *ts* e *tx* para representar o sistema de africadas. Recentemente, o euskara batua eliminou o uso de *ñ* para substituí-lo pelo dígrafo *ni*. Além disso, por carência de outro modelo próximo no espaço ou no tempo, a maior parte das restantes soluções do euskara são compartilhadas com o espanhol.

¹² Ou “pós-crioulos”, v. DeCamp 1971. DeCamp refere-se especificamente a processos de descrioulização em curso.

¹³ Neste sentido, tem-se argumentado precisamente que alguns traços fonéticos e sintáticos do inglês afro-americano actual (*Afro-American English* ou *Black English Vernacular*) se explicam por um desaparecido (ou assimilado) estadió crioulo da fala dos escravos africanos em Norteamérica.

¹⁴ Tabouret-Keller e LePage (1985:219-220) referem factos sumamente significativos quanto ao papel da nova “língua belizenha” na criação da identidade nacional de Belize. Num inquérito de 1971, só um homem, de considerável fortuna económica, declarava ele e a sua família serem “belizenhos”. Depois da independência do país, um inquérito semelhante de 1978 arrojava 7 auto-definições como “belizenho/a”. Nesta mesma época, o crioulo belizenho era já referido como “a língua belizenha”, e identificado como a língua habitual de dois terços das famílias observadas. Para além disto, nessa altura o termo “belizenho” começou a designar identidade nacional/estatal à margem de origem étnica ou racial: “Sejam quais forem a tua cor ou a tua raça, tu és belizenho/a por nasceres aqui” (“*No matter what colour, what race, you are a Belizean if you are born here*”). Todas as traduções são nossas.

TABELA 1

	y/ Ø	le-lo/ le-ro	ó/ ao	-able/ -ível/ -ível	-ia/ -ia	-oria/ -ória	-alo/ -á-lo	-ces/ -zes	á/ à	Øj	Øç	Ønh	ll/ lh	unha/ unha/ unha	Øé	s/ss	-ões/ -ões/ -ões	-on/ -on/ -ão	-an/ -an/ -ão	-at/ -at/ -at
ESP	y	(le-la ley)	(al)	arrable	dia	gloria	(arrarlo)	lucos	(a la)	j	Ø	Miño	Ulla	(una)	Ø	paso	razones	son	pan	acto
ILG 1	Ø	le-la lei	ó	arrable	dia	gloria	arralo	lucos	á	Ø	Ø	Miño	Ulla	unha	Ø	paso	razões	son	pan	acto
ILG 2	Ø	le-a lei	ó/ao	arrable	dia	gloria	arralo	lucos	á	Ø	Ø	Miño	Ulla	unha	Ø	paso	razões	son	pan	acto
ILG 3	Ø	le-a lei	ao	arrável	dia	gloria	arralo	lucos	á	Ø	Ø	Miño	Ulla	unha	Ø	paso	razões	son	pan	acto
MIN 1	Ø	le-a lei	ao	arrável	dia	glória	arralo	lucos	á	Ø	Ø	Miño	Ulla	unha	Ø	paso	razões	son	pan	acto
MIN 2	Ø	le-a lei	ao	arrável	dia	glória	arrá-lo	lucos	á	Ø	Ø	Miño	Ulla	unha	Ø	paso	razões	son	pan	acto
MIN 3	Ø	le-a lei	ao	arrável	dia	glória	arrá-lo	lucos	á/à	Ø	Ø	Miño	Ulla	unha	Ø	paso	razões	son	pan	acto
ASPG 2	Ø	le-a lei	ao	arrável	dia	glória	arrá-lo	lucos	à	j	ç	Minho	Ulha	unha	Ø	paso	razons	son	pan	acto
AGAL 1	Ø	le-a lei	ao	arrável	dia	glória	arrá-lo	lucos	à	j	ç	Minho	Ulha	unha	ê	passo	razons	son	pan	acto
AGAL 2	Ø	le-a lei	ao	arrável	dia	glória	arrá-lo	lucos	à	j	ç	Minho	Ulha	unha	ê	passo	razões	son	pan	acto
PORT 1	Ø	le-a lei	ao	arrável	dia	glória	arrá-lo	lucos	à	j	ç	Minho	Ulha	urna	ê	passo	razões	são	pão	acto
PORT 2	Ø	le-a lei	ao	arrável	dia	glória	arrá-lo	lucos	à	j	ç	Minho	Ulha	urna	ê	passo	razões	são	pão	ato

só dados dos sistemas ortográficos que apresentam uma mais clara coerência interna, etiquetados para este propósito com uma notação meramente identificativa. Situa-se na parte superior da escala a norma espanhola (equivalente ao “padrão alto” nos contínuos orais). É esta norma a que tem fornecido a base principal para as soluções escritas na Galiza desde o desmembramento do universo escrito galego-português. Na parte inferior da escala situa-se a norma portuguesa, fornecedora das soluções históricas hoje minoritárias. Veja-se **TABELA 1** (Página 150).

A caracterização dos sistemas de normas escritas é a seguinte. **ESP** é o espanhol padrão. **ILG 1**, **ILG 2** e **ILG 3** são variantes permitidas e documentadas das normas elaboradas pelo *Instituto da Lingua Galega* e a *Real Academia Galega* (ILG-RAG 1982). **MÍN 1** é a norma chamada “de mínimos” utilizada, por exemplo, na publicação *A Nosa Terra*; **MÍN 2** é a norma empregue pela *Mesa pola Normalización Lingüística*, e **MÍN 3** é a usada isoladamente por alguns autores (nomeadamente criadores literários). **ASPG 2** é a proposta reintegracionista, hoje desaparecida, da *Asociación Sócio-Pedagógica Galega* (ASPG 1980); inclui-se apenas como exemplo da redução de variedades que se vem observando neste contínuo escrito.¹⁵ **AGAL 1** e **AGAL 2** são opções das normas da *Associação Galega da Língua* (AGAL 1983), da sua publicação *Agália*, e de alguns dos chamados “grupos reintegracionistas de base”. **PORT 1** é o português padrão de Portugal, e **PORT 2** é o mesmo, incorporando opções recolhidas no *Acordo Ortográfico* de 1991, vigorado no 1994; ambas são utilizadas pelos membros de diferentes grupos reintegracionistas como a *Associação de Amizade Galiza-Portugal* e das *Irmandades da Fala*, e por autores isolados (criadores literários e intelectuais).

As linhas grossas indicam os limites entre o uso de uma ou outra variante. À margem de algumas “ilhas” ou desvios de variantes delimitadas tanto por acima como por abaixo (a variante *amábel* e o dígrafo *mh*), observamos uma distribuição gradual dos traços ao longo dos sistemas, desde o mais particularista do espanhol padrão até ao mais particularista do português padrão. O sistema **ILG 1** representaria (por aplicar o termo da crioulistica) a variante “acrolectal” do contínuo, quer dizer, a mais semelhante à norma exógena, e, nesse sentido, a hegemónica.¹⁶

A **TABELA 2** representa o contínuo de traços ortográficos do português presentes (+) ou ausentes (-) nas diversas normas da Galiza. As variedades com *menor* presença de traços portugueses são, logicamente, as mais próximas do padrão ortográfico espanhol. Em cada exemplo, indicam-se em **negritinha** as variantes gráficas ou morfológicas que interessam:

¹⁵ Chamamo-las **ASPG 2** em oposição às primeiras normas da *Asociación Sócio-Pedagógica Galega*, que se correspondem com **MIN 2**.

¹⁶ É necessário aclarar que a escala não pretende reflectir a *distribuição* de usuários de um ou outro sistema. Contudo, parece evidente o domínio quantitativo na Galiza dos sistemas ortográficos basicamente espanhóis (incluindo, claro está, o próprio espanhol padrão) e, conseqüentemente, a posição minorizada do sistema ortográfico português.

TABELA 2

	<i>comer o caldo</i>	<i>ao</i>	<i>dia lua história conflito produto coluna caíamos éramos</i>	<i>amá-lo senti-lo</i>	<i>luzes seduzir livro amável visível cantava</i>	<i>à</i>	<i>umha afam cançom</i>	<i>filha Minho gente comem quando</i>	<i>passo paço câmbio ciência pôr</i>	<i>razões</i>	<i>uma afã canção</i>	<i>atuar objeto</i>
ILG 1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
ILG 2	+	±	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
ILG 3	+	+	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
MIN 1	+	+	+	–	–	–	–	–	–	–	–	–
MIN 2	+	+	+	+	–	–	–	–	–	–	–	–
MIN 3	+	+	+	+	+	±	–	–	–	–	–	–
ASPG 2	+	+	+	+	+	+	+	+	–	–	–	–
AGAL 1	+	+	+	+	+	+	+	+	+	–	–	–
AGAL 2	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	–	–
PORT 1	+	+	+	+	+	+	–	+	+	+	+	–
PORT 2	+	+	+	+	+	+	–	+	+	+	+	+

A escala da **TABELA 2** deve interpretar-se como segue: o uso na escrita de um signo gráfico, traço ou variante morfológica situados à direita da escala *implica* geralmente o uso de outro traço situado mais à esquerda, mas não necessariamente à inversa. Por exemplo:

- a acentuação dos esdrúxulos do tipo *-ório* implica o uso da forma plena *ao* (**MÍN 1,2,3** *ao sanatório*), mas o uso de *ao* não necessariamente implica a acentuação *-ório*: na opção **ILG 2** escreve-se *ao sanatorio*;
- o uso de *j* implica o uso de *à* (**PORT 1,2** *jamaís foi à cidade*), mas não viceversa: os usuários da norma **MÍN 3** (alguns autores literários, especialmente poetas) escreveriam *xamaís foi à cidade*;
- o uso de *ã* implica o uso de *õ* (**PORT 1,2** *mãos, pães, razões*), mas *õ* não implica *ã* (**AGAL 2** *maos, pans, razões*).

Finalmente, a **TABELA 3** esquematiza o que parecem ser as marcas gráficas *exclusivas, obrigatórias e diferenciais* (dentro do contexto galego) de quatro sistemas em uso do contínuo escrito, só para as vozes patrimoniais; as marcas são equivalentes dos símbolos particularistas *l·l* do catalão, *ø* do dinamarquês, *å* do sueco, etc.:

TABELA 3

	<i>y</i>	<i>ï</i>	<i>mh</i>	<i>ã</i>
ESP	+	–	–	–
ILG	–	+	–	–
AGAL	–	–	+	–
PORT	–	–	–	+

O espanhol padrão (**ESP**) é o único sistema que tem *y*; o sistema **ILG** e variantes é o único que propõe o uso de *ï* em certas formas verbais (bastante infrequentes) de hiatos (*saíamos*, português padrão *saíamos*); o sistema **AGAL** e variantes é na actualidade o único que usa o produtivo dígrafo *mh* (*umha, algumas*);¹⁷ e o português padrão e variantes (**PORT**) é o único que utiliza *ã*.

Significativamente, os sistemas que demos em chamar **MÍN** não apresentam “sinais de identidade” isolados e específicos. Cumpre perguntar-se sobre a relação entre esta ausência de marcas simbólicas diferencialistas e a possível viabilidade de sistemas como **MÍN** (ou o evidente fracasso de sistemas como **ASPG 2**). A meio e longo prazo, é possível que o rango de variedades se redu-

¹⁷ No já inexistente **ASPG 2** utilizava-se também o dígrafo *mh*.

za pela sua zona central, especialmente a partir da clara fronteira formal **MÍN** / **AGAL**.¹⁸ De facto, dado também o diferente peso simbólico dos traços diferenciais (abundância de *x* e uso de *ñ* nas normas **ILG** e **MÍN**, uso de *ç* e *ss* nas normas **AGAL** e **PORT**, etc.), é duvidoso que as etiquetas propostas pelos próprios utentes de um sistema dado se correspondam sempre com a *percepção pública* da sua escrita. Por exemplo, a norma **MÍN** (claramente dentro do espaço gráfico ‘não-português’) talvez represente em menor medida uns supostos “mínimos do reintegracionismo do ‘galego’ com o português” do que uns “máximos do diferencialismo do ‘galego’ a respeito do espanhol”. No mesmo sentido, a norma **AGAL** (dentro do espaço ‘não-espanhol’), baptizada como “máximos do reintegracionismo”, pode-se ver na realidade como “mínimos do diferencialismo do ‘galego’ a respeito do português” (v. neste sentido Herrero Valeiro 1993; Vidal Bouzón 1994).

Porfim, e por continuarmos com um paralelo anterior, em que medida este contínuo de escritas progrida até à metafórica “descrioulização” numa direcção ou outra (português padrão ou espanhol padrão) dependerá, como no caso dos contínuos pós-crioulos orais, das pressões respectivas do padrão espanhol e do padrão português na Galiza. Sem dúvida, precisam-se estudos detalhados sobre a distribuição relativa das opções escritas por grupos de utentes. Porém, aqui interessava-nos evidenciar apenas a existência de múltiplos “lectos” escritos cujo uso público por grupos sociais pode corresponder-se (e, de facto, nalguns casos se corresponde, v. Herrero Valeiro 1993) com um posicionamento ideológico e identitário determinado. Assim, para além de manifestações da variação inerente às situações sociolinguísticas inestáveis como a galega, os sistemas ortográficos são *índices* de identidade. Como afirmam Schieffelin e Doucet (1992:427), “nós propomos as ortografias em conflito serem concebidas como arenas para identidades em conflito”.¹⁹ Na medida em que estas identidades tiverem um espaço social, as ortografias que as marquem indexicamente serão resistentes ao disciplinamento correctivo e à extinção. Isto é: o número de utentes públicos de um ou outro sistema poderá aumentar ou diminuir segundo as circunstâncias sociais; mas, enquanto exista, cada norma manterá um valor diferencial dado (e oposicional) de identificação grupal.

6. Conclusões: definindo as fronteiras

As fronteiras do contraste e reconhecimento simbólico das variedades de um *continuum* escrito são variáveis e historicamente contingentes, isto é, sujeitas sobretudo às práticas da escrita e às pressões dos grupos em pugna pelo controlo da língua. Sem dúvida, um instrumento fundamental para delimitarmos essas fronteiras desde a coerência ideológica das pessoas e dos grupos é a prática da escrita. Neste campo os escritores, educadores e outras elites

¹⁸ Por exemplo, na actualidade (1996), a *Asociación Sócio-Pedagógica Galega*, até agora utente habitual de **MÍN** 2, está a publicar uma *Historia da Literatura Galega* (sem ajuda institucional da *Xunta de Galicia*) onde se emprega basicamente **ILG 3** com redução dos grupos cultos, do tipo *estrutura* ou *conflito*.

¹⁹ “We propose that contested identities be viewed as sites of contested identities”.

alfabetizadas têm a responsabilidade de reflexionarem sobre as possíveis implicações e custos a longo prazo da sua prática, que não consiste só em eles criarem mundos imaginários (ou em transmiti-los), mas também em contribuírem para a formação duma *identidade sustentável* através do reconhecimento colectivo na língua escrita.

Outro labor fundamental para obter soluções produtivas a longo prazo para o problema da escrita corresponde-lhes aos linguistas e sociolinguistas: o explorarem, como nós tentámos fazer neste trabalho, as vinculações entre formas de *glotodiversidade escrita*, *ideologias* e formas de *identidade* (incluindo, por exemplo, o campo das vinculações entre as práticas e discursos de organizações e “grupos de base” de activismo linguístico e os projectos de identidade colectiva). Numa formulação geral, Woolard (1992:243) salienta a importância de examinarmos questões como as seguintes:

Em debates politizados sobre a “verdadeira” língua nacional, os “verdadeiros” padrões linguísticos, etc., que traços linguísticos se apreendem, e através de que processos semióticos se chegam a interpretar como representativos da colectividade? Há uma hierarquia de traços linguísticos susceptíveis de tal ideologização? ²⁰

Nós tentámos mostrar os traços linguísticos escritos que são apreendidos como representativos da colectividade segundo diversas concepções da língua, e sugerimos que tal hierarquia entre traços existe. Na conexão entre práticas linguísticas e ideologias a que aponta este trabalho, o passo seguinte seria desvelarmos as vicissitudes do possível “efeito da teoria” (ou, mais precisamente, do “efeito da ideologia”) sobre a realidade da escrita. Isto é, em que medida as ideologias linguísticas promovem práticas que, a sua vez reforçam a validade de tais ideologias? Como aponta Rumsey (1990:357),

a estrutura [linguística] fornece categorias formais de um tipo que conduzem especialmente ao “des-reconhecimento” [*misrecognition*] [da língua]. E, em parte como resultado deste des-reconhecimento, não poderia acaso mudar o sistema linguístico gradualmente até se aproximar de aquilo com o qual foi des-reconhecido? ²¹

Referências bibliográficas

- AGAL [Associação Galega da Língua]. 1983. *Estudo crítico das "Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego (ILG-RAG, 1982)".* A Corunha: AGAL.
- Álvarez Cáccamo, Celso. 1989. Variação linguística e o factor social na Galiza. *Hispanic Linguistics* 2.2, 253-298.
- Álvarez Cáccamo, Celso. 1993. The pigeon house, the octopus, and the people: The ideologization of linguistic practices in Galiza. *Plurilinguismes* 6, 1-26.

²⁰ “In politicized contests over the ‘true’ national language, standards, etc., which linguistic features are seized on, and through what semiotic processes are they interpreted as representing the collectivity? Is there a hierarchy of linguistic features open to such ideologization?”.

²¹ “...the structure provides formal categories of a kind that are particularly conducive to ‘misrecognition’. And partly as a result of that misrecognition, might not the linguistic system gradually change so as to approximate that for which it was misrecognized?”.

- ASPG [Associação Sócio-Pedagógica Galega]. 1980. *Orientačóns para a escrita do noso idioma*. Ourense: Galiza Ed.
- Bickerton, Derek. 1973. The nature of a creole continuum. *Language* 49.3, 640-669.
- DeCamp, David. 1971. Toward a generative analysis of a post-creole continuum. Em Dell H. Hymes, ed. *Pidginization and creolization of languages*. London: Cambridge University Press, 349-370.
- Fernández Rei, Francisco. 1993. La place de la langue galicienne dans les classifications traditionnelles de la Romania et dans les classifications standardologiques récentes. *Plurilinguismes* 6, 89-120.
- Herrero Valeiro, Mário J. 1993. Guerre des graphies et conflit glottopolitique: lignes de discours dans la sociolinguistique galicienne. *Plurilinguismes* 6, 181-209.
- ILG-RAG [Instituto da Lingua Galega - Real Academia Galega]. 1982. *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. Vigo: RAG-ILG.
- Joseph, John Earl. 1987. *Eloquence and power: The rise of language standards and standard languages*. London: Frances Pinter.
- Kristeva, Julia. 1988 [1969]. *El lenguaje, ese desconocido. Introducción a la lingüística*. Madrid: Fundamentos. [Título original: *Le Langage, cet inconnu*. Paris: SGPP. Tradução espanhola de María Antoranz].
- Pottier, Bernard. 1992. *Teoría y análisis en lingüística*. Madrid: Gredos. [Título original: *Théorie et analyse en linguistique*. Paris: Hachette. Versão espanhola de Gabriel Ter-Sakarian].
- Rumsey, Alan. 1990. Word, meaning and linguistic ideology. *American Anthropologist* 92, 346-361.
- Schieffelin, Bambi B., e Doucet, Rachelle Charlier. 1992. The “real” Haitian Creole: Metalinguistics and orthographic choice. *Pragmatics* 2.3, 427-443.
- Sebba, Mark. 1995. Informal orthographies: Phonology meets ideology. Spelling and code switching in British Creole. *Working Papers of the Centre for Language in Social Life* 62, Lancaster University.
- Tabouret Keller, A., e Robert LePage. 1985. *Acts of identity. Creole-based approaches to language and ethnicity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vidal Bouzón, Carmen. 1994. Dos discursos sobre ortografía para o “galego”: entre mínimos e máximos. Em *Atas do Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literaturas Lusófonas (Homenagem ao Professor Ernesto Guerra Da Cal) [Compostela, Setembro 1994]*. *Temas de O Ensino* 27-38 (1991-1994), 91-100.
- Woolard, Kathryn. 1992. Language ideology: issues and approaches. *Pragmatics* 2.3, 235-249.